

AGÊNCIAS AFRICANAS E A EXPANSÃO COMERCIAL DO MERCADO DE ESCRAVIZADOS AO COMÉRCIO “LÍCITO” NO INTERIOR DE ANGOLA.

GONÇALVES, Ivan Sicca, *Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola: Sertanejos e Centro-Africanos nas páginas de António da Silva Porto (1841-1869)*. São Paulo: Hucitec & ABPHE, 2024, 296p.

O livro de Ivan Sicca Gonçalves, intitulado *Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola: Sertanejos e Centro-Africanos nas páginas de António da Silva Porto (1841-1869)*, traz importantes contribuições para a literatura africanista sobre o planalto do interior de Angola, e a história econômica regional, mas também para a compreensão do mundo Atlântico. Resultado de sua premiada dissertação de mestrado, a pesquisa mobiliza uma bibliografia impressionante em diversas línguas, que incorpora desde autores clássicos até obras mais recentes produzidas por pesquisadores brasileiros em universidades brasileiras nos anos de 2010, o que mostra o vigor da nova historiografia da África no Brasil. Com riqueza argumentativa, o autor aborda um

amplo espectro de temas cruciais para a historiografia africana no período que se estende do declínio do tráfico transatlântico de escravos até a invasão colonial, dentre os quais: diásporas comerciais e comércio de longa distância e suas estruturas internas; o desenvolvimento, as transformações e os conflitos entre formações políticas africanas e suas relações com o mercado externo; violências, resistências e negociações nas relações de subordinação e trabalho; processos de formação de identidades; história econômica da África, entre outros.

O rigor metodológico de Gonçalves, combinado ao caráter da principal fonte utilizada (os diários e cadernos de registo do comerciante e sertanejo António Francisco Ferreira da Silva Porto), são elementos que

tornam possível abordar essa ampla gama de questões enfatizando a agência histórica africana.

Nascido em 1817 na cidade do Porto, em Portugal, tendo viajado ao Brasil e depois para Angola, Silva Porto estabeleceu-se no planalto do Bié, onde passaria a maior parte de sua vida a partir de 1839. Sem formação acadêmica, e conhecendo cada vez mais as sociedades e a geografia do Planalto – não por desejo científico, mas por necessidade de fazer funcionar seu negócio de caravanas de longa distância –, Silva Porto deixou um acervo documental que totaliza mais de 4.000 páginas manuscritas. Esse acervo é fruto da vivência em “zona de contato cultural” (p.40) e a despeito do fato de terem sido escritas para o público europeu e de intencional-mente servirem para fomentar projetos coloniais, como explica Gonçalves: “as experiências de Silva Porto e seus companheiros de viagem foram muito mais análogas às dos intermediários que circulavam pelo interior do continente por causa do comércio de longa distância do que a dos exploradores que chefiam as missões científicas da segunda metade do século” (p. 40)

Inspirado em trabalhos que buscam recuperar agências africanas, ainda que a partir de escritos europeus, ou seja, metodologicamente lendo nos interstícios do discurso colonial, o texto propõe apresentar como essas agências conformaram, no dia a dia, as práticas comerciais e as dinâmicas internas das caravanas. Para isso, os diários de Silva Porto e seu caderno de *mucanos*,¹ de fato se tornam fontes preciosas, ainda que filtrados por sua perspectiva e repertório europeus, uma vez que em meio às anotações pode-se encontrar registros de atitudes de seus membros carregadores, *pombeiros e macotas*,² e também dos sobas e governantes africanos cujos domínios eram atravessados pelas caravanas

1 Termo kimbundu que vale tanto para a multa, quanto para a contravenção no interior. A despeito do planalto de Benguela ser região onde se falava umbundu, Gonçalves ressalta que Silva Porto utilizava o termo em kimbundu por ter iniciado sua carreira em Luanda.

2 Pombeiros e macotas, nesse caso, referem-se a denominações que Silva Porto utilizava em suas caravanas. Os primeiros seriam indivíduos africanos responsáveis por organizar um pequeno grupo de carregadores, pelos quais eram responsáveis ao longo da viagem; os segundos, o nome dado aos homens de confiança de Silva Porto que chefiavam as caravanas nas quais ele não está presente. Os termos têm um espectro conotativo mais amplo, no entanto, para a história da África centro-occidental e central.

com quem negociavam. Daí a importância do rigor metodológico do autor para observar, através da opacidade do discurso de Silva Porto, elementos que não eram proeminentes na origem da fonte.

A análise empreendida na obra pode ser lida a partir de um duplo eixo histórico. O primeiro compreende o período de transição econômica do mercado atlântico de escravizados para o chamado “comércio lícito” na região, após a proibição legal do tráfico em 1836. Já o segundo eixo enfoca a centralidade de um grupo de agentes intermediários, os *sertanejos*, que operaram na interface de duas esferas sociopolíticas e econômicas, ampliando e acelerando suas conexões. De um lado, os “comerciantes” de Benguela, cujo capital financiou o crescimento do comércio no interior, cujas demandas se transformavam em conexão com as estruturas mais amplas da economia Atlântica, impondo novos produtos de exportação, tais como o marfim e a cera. De outro lado, as chefias africanas do planalto, relativamente isoladas do controle colonial português, ainda que paradoxalmente cada vez mais dependentes do fluxo de mercadorias

que entravam no continente para consolidar ou ampliar sua esfera de poder. Esses intermediários não são agentes centrais apenas no sentido de conectarem essas esferas mas, no caso específico de Silva Porto, por ter longa experiência na própria zona de contato de onde foram enunciados os discursos que, dessa forma, fornecem indícios para a compreensão da agência dos próprios africanos do planalto – quer na esfera política de seus governantes, quer na esfera do trabalho e do mercado, da população em geral.³

Com esse material, o autor se organiza para atingir seu objetivo final: “mostrar como os entroncamentos entre as relações que geralmente são tidas como comerciais, de mercado, com as de outra natureza, as articulações políticas e as relações de trabalho, moldaram intensamente as formas e os termos do comércio que foram se consolidando nesse contexto social” (p. 43).

3 Gonçalves diz que “o sertanejo fazia parte dessa malha de agentes de origem e influência portuguesa, [mas também] faziam parte dessa malha comercial africana mais ampla” (pp. 39-40). O sertanejo, assim, participava de duas malhas que ajudava a entrelaçar, conectando, no limite, o vasto e revolucionado Atlântico às formações políticas africanas do interior.

Para isso, divide o trabalho em três capítulos. No primeiro, estabelece os contextos nos quais os próprios trajetos e rotas comerciais entre Benguela e o planalto se formaram e se transformaram sempre em conexão com as condições políticas também cambiantes do interior. A partir das características geográficas, demográficas e políticas do planalto do Bié e das rotas de penetração comercial portuguesa/sertaneja desde o último quartel do século XVIII – que visavam, inicialmente, o controle do comércio de escravizados –, o capítulo apresenta a profunda ambivalência da posição dos sertanejos. Tal condição se revela, por exemplo, nas adjetivações quase antitéticas que se apresentam ao longo do capítulo sobre o poder dos sobas africanos e a presença colonial portuguesa. Por vezes, Gonçalves ressalta a condição de dependência que os sobas do interior tinham em relação aos sertanejos, para continuar comprando o tipo de mercadoria que, de certa forma, reforçava sua condição de poder no interior. Assim, segundo Silva Porto, o *macota* da terra durante o investimento do soba Cilemo do Bié em 1861 diria: “Senhor Capitão Mor e mais senhores. Eis ali o vosso filho [que] não

pode já mais ser, sem a vossa coadjuvação, para esse fim, e para a sua total ascensão ao poder, preciso lhe é o vosso apoio”(p. 76).

O pedido era para a continuidade do comércio de aguardente, produto que tanto transformou as relações no interior. Mas esse também era o caso de outros produtos, como armas e pólvora, tecidos, contas e mais, que tinham uso diverso e variado tanto como moeda quanto como elementos de distinção simbólica, que ultrapassam muito o simples valor de uso e mesmo de mercado que possuíam quando observados do lado ocidental do processo. O endividamento das chefias do interior, teria inclusive ajudado a ampliar, ao lado das guerras, o aumento da escravização na região, a despeito do fim do tráfico atlântico.

Outras vezes, são os sertanejos que aparecem em “situação fragilizada”, pois sem a presença efetiva administrativa e militar portuguesa, estavam frequentemente em condição de inferioridade frente aos Sobas.⁴ De fato, a pequena história que abre

4 E algumas vezes isso ocorria justamente pela ação agressiva de administradores de presídios contra caravanas africanas, como no caso descrito de entrevero entre o soba Canduco e os oficiais do presídio de Caconda. Os ‘brancos’ do lugar ficaram reféns de Canduco até o pagamento da tarifa exigida pelo Africano (pp. 85-86).

o capítulo narra justamente a morte de um pombeiro quimbundo que nada pode fazer, tendo sido degolado para “fazer negócios na outra vida” (p. 45) com o Soba local que acabara de falecer.

Essa ambivalência também aparece na análise do caderno de mucanos. A partir de um repertório bibliográfico que aponta as transformações nas instituições e práticas jurídicas do interior de Angola em razão, e como consequência, da ampliação do tráfico de escravizados ao longo dos séculos anteriores, Gonçalves indica que no caso dos mucanos contra Silva Porto, há uma aparente continuidade na sanha escravista mesmo após o final do comércio de escravizados. Segundo ele: “Se o exemplo de Silva Porto for representativo dos outros membros da comunidade sertaneja, o que é provável, a maioria das cobranças dizia respeito à recorrente judicialização dos conflitos sociais que, para quem não tivesse recursos necessários, *servia para escravizar de forma regular e generalizada*” (p.104, *itálicos meus*).

Assim, o contexto geral no interior da África Centro Ocidental parecia ser de insegurança social pelo medo da escravização e pelas

constantes disputas que resultavam em mucanos imputados às caravanas na figura de seus líderes ou membros. Por outro lado, o sertanejo, apesar de reclamar constantemente destas imputações, quase nunca deixou de pagar os mucanos, inclusive aquelas infrações creditadas aos seus dependentes, raramente recorrendo à justiça local. Ou seja, ainda que fosse obrigado a pagar mucanos que considerava irregulares, Silva Porto ainda conseguia lucrar com o comércio caravaneiro de longa distância.

Entretanto, mais do que posições vantajosas ou desvantajosas, o segundo capítulo mostra que a relação entre as caravanas e as formações políticas do interior tinha também um importante caráter diplomático. De particular interesse é a análise de como os “mambari” – termo que, grosso modo, designa o grupo de comerciantes do planalto, independentemente da origem geográfica ou étnica, ligados às redes do Atlântico – se relacionavam com as formações políticas a leste da sempre imprecisa fronteira dos sobados aliados portugueses. Eventos como a invasão Kololo, liderada por Sebitwane na década de 1840 sobre

os Lozi no atual leste da Tanzânia, têm um grande impacto para as rotas e conexões de longa distância naquele momento. As causas da invasão são relacionadas à migração forçada dessa população, derivada da convulsão político-social originada na terra Zulu (designada por parte da historiografia como Mfecane,⁵ há mais de 1500 quilômetros ao sul-sudoeste), mas também, em termos mais imediatos, à busca de Sebitwane pelo acesso às mercadorias europeias levadas pelas caravanas mambari para a região. Segundo Gonçalves, “Talvez a principal mudança pela qual a região passaria a partir da conquista dos kololo foi a abertura do reino para o comércio com os mambari, sendo as armas que esses negociantes vendiam em troca de escravos o principal interesse dos kololo” (p.147).

Com a reconquista Lozi, em 1864, no entanto, o período de ouro das caravanas sertanejas ao Barotse

parece ter acabado. Aqui há um dos pontos altos do trabalho, pois Gonçalves propõe compreender a crise desse comércio a partir também de outras causas, além da explicação tradicional da entrada da demanda da borracha e sua dinâmica e geografias de produção. Entre os elementos “estruturais” levantados pelo autor para compreender a crise no comércio sertanejo do Bié, encontra-se a crescente concorrência comercial, quer de outros comerciantes locais, quer com aquela vinda da costa oriental, cuja relação com o interior ganhou ímpeto nesse período, com a ampliação da presença omanita em Zanzibar, por volta da década de 1840, e com isso, o aumento da demanda por produtos do interior, inclusive escravizados, na costa leste. Adicionalmente, há questões conjunturais, como o aumento global do custo do tecido de algodão em razão da guerra da Secessão nos Estados Unidos e, por consequência, a queda da lucratividade dos sertanejos.⁶

5 Ver a crítica à designação em Gabriela A. Santos, “Lança presa ao chão”: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX), Tese (Doutorado em História Social): Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2017. pp. 23-26.

6 O fato dos sertanejos não poderem repassar esse aumento de custos para seus clientes no interior do continente africano, ou seja, o fato de que o aumento do preço da commodity no mundo atlântico não impacta os preços no interior do Barotse, mostra que ainda estamos falando de

Os registros de Silva Porto – ou melhor, uma leitura metodologicamente rigorosa deles – permitem lançar luz sobre as conexões entre as transições e disputas pelo poder em formações políticas no centro do continente africano e as caravanas mambari/sertanejas. Estas, em última instância, talvez possam ser lidas como uma engrenagem do “crescimento das interações com o comércio mundial em nova fase do capitalismo internacional” (p. 30) responsável por “profundas transformações sociais e políticas” (p. 30) na África, como Gonçalves afirma ainda na introdução.

Assim, o trabalho abre a possibilidade de compreender a agência das chefias e dos governos africanos por outras lentes, que não a do paradigma de mercado neoclássico de oferta e demanda. Gonçalves recupera uma citação de Isabel de Castro Henriques que nos interessa diretamente aqui, qual seja: “Com efeito, quem os poderia ter obrigado [aos africanos] a produzir a borracha, ou a aumentar o volume de marfim produzido, ou a identificar e a colher

relação entre sistemas econômicos que calculam custos e valores de maneiras diferentes.

a urzela? os europeus não dispunham dos meios de coerção permitindo que tais operações fossem levadas a cabo. As decisões pertencem por isso às organizações sociais africanas”⁷ (p. 135).

Isso nos leva a pensar que, ainda que as decisões fossem africanas, isso não significaria necessariamente que suas opções tenham sido as melhores no longo prazo, justamente porque suas formas de compreensão e atuação no mundo seguiam outras lógicas, que não a noção de busca de vantagens em mercado concorrencial.

A despeito disso, foram suas agências que determinaram a maneira pela qual eles se engataram, por assim dizer, na engrenagem do capital internacional, e passaram a depender cada vez mais do controle do fluxo de mercadorias que não produziam – utilizadas como moeda, objetos de prestígio, ou até mesmo como ferramentas de repressão no caso das armas de fogo e pólvora – para alguma

7 Isabel de Castro Henriques, *percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical & Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997, p. 396.

forma de manutenção ou disputa pelo poder.⁸

Muitas vezes, a capacidade de agência não significava o controle das variáveis sobre o desenvolvimento econômico e social no longo prazo. Aliás, podia ser até mesmo o contrário, como argumentado por Inikori quando discute as consequências da tirania do paradigma econômico neoclássico na análise da relação entre os governos e elites africanas e o mercado de escravizados.⁹ Ainda que boa parte da sua discussão sobre os números do tráfico já esteja bastante superada, o argumento central do artigo

8 Ainda que tivessem alguma condição de impor parcialmente suas demandas. Seria interessante aqui uma comparação mais ampla entre as condições regionais da África Central e da África Ocidental. O trabalho de Gonçalves tem o grande valor de demonstrar claramente esse engate para o sertão de Angola e centro da África no período, que ocorre de maneira diferente justamente em razão das condições regionais (demográficas, geográficas, ecológicas e políticas, etc.), mas que é parte de um mesmo processo, no mínimo Atlântico (senão global), que resultou na explosão da produção de óleo na África Ocidental, por exemplo. Refiro-me, particularmente, aos debates sobre o conceito de “crise de adaptação” de Anthony Hopkins, tão bem apresentado por Robin Law.

9 Joseph Iniklari, “Ideology versus the tyranny of paradigm: historians and the impact of the slave trade on African societies”, *African Economic History*, n. 22 (1994), pp. 37-58. 

permanece para discussão, qual seja, as escolhas dos africanos teriam uma *eficiência alocativa* – que encoraja alocação de recursos para crescimento de curto prazo –, em detrimento de uma *eficiência adaptativa* que os alocaria para desenvolvimento das forças produtivas e arranjos institucionais eficientes no longo prazo. Numa criativa e desafiadora leitura dos argumentos de Douglass North, justamente contra a interpretação liberal da história da África desenvolvida por autores como John Fage e John Thornton, Inikori mostra como a *limitação paradigmática* do modelo de interpretação neoclássico do comércio internacional impede que se pergunte sobre a chamada *eficiência adaptativa* – ou seja, a partir dela não é possível fazer “questões sobre os efeitos de longo prazo do comércio internacional na evolução das estruturas de classe, nos arranjos institucionais, nas estruturas econômicas e nas tecnologias”.

Finalmente, no último capítulo temos mais um excelente exemplo do trabalho empírico-metodológico com as fontes na elaboração de uma história social das caravanas, por assim dizer. Seguindo premissas dos trabalhos de

Elaine Ribeiro e Stephen Rockel,¹⁰ Gonçalves aborda a volátil e cambiante estrutura das caravanas, pensando-as quase como uma unidade de análise, “como uma sociedade com vínculos, valores e costumes próprios” (p. 216). Dessa forma, analisa essas formações em sua estratificação interna, sua organização institucional, suas lutas coletivas por condições de trabalho, mas também nas transformações culturais que as impactam e, de certa forma, também orientaram escolhas individuais de seus membros, particularmente dos *pombeiros*, ao abrir espaço para a acumulação de pecúlio individual, em busca de uma carreira comercial. Aqui, há outra escala de negociação, não mais entre os líderes das caravanas e as chefias e governos africanos por cujas terras transitavam, mas entre eles e os diferentes estratos e grupos que as compunham.

Em suma, o trabalho de Ivan Sicca Gonçalves aborda diversos temas caros à historiografia africanista sobre o continente africano no período de transição entre o final do

tráfico atlântico de escravizados e a invasão colonial, com discussões densas e ricas que não são possíveis de serem abordadas completamente aqui.¹¹ Com grande habilidade, partindo de uma visão mais panorâmica que conecta o planalto do Bié ao mundo Atlântico no primeiro capítulo, aprofunda o foco no segundo para refletir e sobre as relações entre as caravanas mambaris/sertanejas e as formações políticas da região central do continente para além da lógica puramente econômica-comercial neoclássica. Finalmente, no terceiro capítulo, observa com lente quase microscópica o funcionamento interno dessas caravanas, trazendo, no limite, uma possibilidade interpretativa diferente sobre como os mambari, bienos, bailundos, lozis, kololos, e suas atitudes coletivas mesmo nos níveis mais locais, podem ser compreendidas em sua conexão

10 Elaine Ribeiro, “Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda”, São Paulo: Alameda, 2013 e Stephen Rockel, “Carriers of culture: labor on the road in nineteenth-century East Africa”, Portsmouth: Heinemann, 2006.

11 Ficaram de fora, apenas à título de exemplo, discussões sobre a ‘fronteira da escravização’, ou a relação de Silva Porto, seu macota “João da Silva” e o ‘árabe’ Ben Chombo no empreendimento que fez a travessia até Moçambique na década de 1850, que mostra a complexidade das redes de circulação haviam atingido na África Central naquele momento em mais uma demonstração da importância e potencial transformador da agência africana naquele contexto.

com as mudanças no capitalismo histórico ao longo do século XIX.

Ao revelar a complexidade das interações e agências no coração do continente, esta obra abre novas e fecundas portas para investigações futuras, oferecendo um modelo metodológico e um arcabouço analítico que certamente inspirará e orientará

novas pesquisas sobre a história da África nos próximos anos.

**Alexsander Lemos de Almeida
Gebara**  

Universidade Federal Fluminense

doi: 10.9771/aa.v0i72.72006